APET

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

CLÉLIO CHIESA
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
COORDENADORES

Eduardo Arruda Alvim
James Marins
Paulo Cesar Conrado
José Carlos Francisco
Julio Maria de Oliveira
Marcos Rogério Lyrio Pimenta
Paulo Roberto Lyrio Pimenta
Alexandre Siciliano Borges
Alexandre Castellani
Cristiano Rosa de Carvalho
Edison Carlos Fernandes
Eduardo José Paiva Borba
Fábio Pallaretti Calcini
Graziele Pereira
Harrison Ferreira Leite
José Augusto Dias de Castro
Luis Flavio Neto
Luiz Gustavo A. S. Bichara
Marcelo de Lima Castro Diniz
Thais Folgosi Françoso
Ives Gandra da Silva Martins
Gabriel Lacerda Troianelli
Hugo de Brito Machado Segundo
José Eduardo Soares de Melo
Marcos Vinicius Neder
Maria Rita Ferragut
Mauricio Bellucci
Célio Armando Janczeski
Clélio Chiesa
Dalton Luiz Dallazem
Eduardo Fortunato Bim
Fabiana Del Padre Tomé
Gilson Wessler Michels
Guilherme Cezaroti
Jorge Sylvio Marquezi Junior
Klaus E. Rodrigues Marques
Luiz Fernando Mussolini Júnior
Manuella Vasconcelos Falcão
Raquel Cavalcanti Ramos Machado

MP
EDITORA

Resumo de Processo Judicial Tributario

Processo judicial tributário mais um fruto da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET) reúne artigos de vários temas de processo judicial tributário escritos por estudiosos e militantes na área tributária.

O objetivo da obra é fornecer os subsídios necessários para a solução dos problemas surgidos na órbita judicial dos conflitos entre Fisco e contribuintes bem como tratar de temas de grande interesse para os operadores do direito que buscam melhor compreender os temas relacionados ao processo judicial tributário.

Analisam-se as peculiaridades dos instrumentos à disposição do contribuinte quando inconformado com a exigência fiscal para recorrer à tutela jurisdicional bem como as vicissitudes das ações do Fisco para efetivar o crédito tributário.

O livro está organizado em sete partes: mandado de segurança em matéria tributária ação rescisória em matéria tributária execução fiscal medida cautelar fiscal ações individuais em matéria tributária ação de consignação em pagamento no direito tributário e tutelas de urgência em matéria tributária.

O processo judicial tributário encontra seus fundamentos na Constituição Federal e rege-se pelas disposições do Código de Processo Civil salvo no que diz respeito à execução fiscal e à medida cautelar fiscal as quais são disciplinadas em leis próprias.

Trata-se de fonte segura para o exercício da advocacia tributária e também para a atualização profissional dos leitores.

Acesse aqui a versão completa deste livro